

O CICLO POLÍTICO: RENOVANDO O CONCEITO À LUZ DA TEORIA DO IMAGINÁRIO HEGEMÔNICO

The political cycle: Renewing the concept in light of the hegemonic imaginary theory

Jefferson Nascimento

Doutorando e mestre em Ciência Política pelo IESP/UERJ, bolsista CAPES. Participa do OPSA e do NETSAL.

Daniel Henrique Ferreira

Doutorando em Sociologia pelo IESP/UERJ e bolsista CNPQ. É coordenador-adjunto do NETSAL.

Resumo

O artigo busca contribuir para uma teoria dos ciclos políticos que permita o conceito ser usado no médio e longo prazo independente de mudanças de regime ou constitucionais. Nosso objetivo é entender o ciclo político como estabilizado pelo imaginário hegemônico e entender suas mudanças como o resultado de um acúmulo de acontecimentos, tal como compreendido por uma virada pós-fundacional. Propomos que os elementos de um ciclo político, entendidos como atores, agendas e instituições, representam o imaginário instituído, enquanto o imaginário radical se apresenta nos acontecimentos que cria novos atores e produz uma conjuntura crítica. Após a apresentação das categorias de análise, discorremos sobre a nossa concepção acerca do ciclo político, articulando-a com exemplos concretos para facilitar a compreensão teórica.

Palavras-chave: ciclo político; imaginário hegemônico; acontecimento

Abstract

The article seeks to contribute to a theory of political cycles that allows the concept to be used in the medium and long term, regardless of regime or constitutional changes. Our goal is to understand the political cycle as stabilized by the hegemonic imaginary and to understand its changes as the result of an accumulation of events, as understood by a post-foundational turn. We propose that the elements of a political cycle, understood as actors, agendas and institutions, represent the instituted imaginary, while the radical imaginary presents itself in the events that create new actors and produce a critical juncture. After outlining the analyzed categories, we delved into our conceptualization of the political cycle, bolstering it with concrete examples to enhance theoretical comprehension.

Keywords: political cycle; hegemonic imaginary; event

Introdução

O termo *ciclo político*, embora frequentemente utilizado, ainda tem sido pouco teorizado nas Ciências Sociais. As tentativas de atribuir-lhe significado foram feitas de distintas maneiras, o que o revestiu de tamanha polissemia. Por vezes, os ciclos políticos tornam-se sinônimo de ciclos eleitorais, presidenciais, mudanças constitucionais ou de regimes políticos. Ou então explicados de forma determinista por fatores exógenos como, por exemplo, o resultado causal de mudanças da economia.

Mas nem todas as mudanças políticas seguem esse caminho. Veja por exemplo o fim do uribismo, na Colômbia; ou a vitória eleitoral de Boric, no Chile, e a tentativa de duas constituições novas, ambas rechaçadas; ou a transição de Hugo Chávez para Nicolás Maduro, na Venezuela; ou ainda, os turbulentos anos brasileiros após junho de 2013¹. Nenhuma dessas transformações provocaram uma transição para um novo regime ou para uma nova ordem constitucional. Tampouco foram só mudanças eleitorais. Daí o presente estudo parte do seguinte problema: como observar continuidades e rupturas no médio e longo prazo? Para isso propomos uma releitura do conceito de ciclo político. Acreditamos que a consistência do ciclo político pode ser explicada em articulação com conceitos do pós-marxismo ou pós-fundacionalismo, como o de “imaginário hegemônico” e de “acontecimento”, os quais nos ajudam a entender os processos de desestabilização que levam a transformações sociopolíticas.

Em diálogo crítico com as leituras de Delitz e Maneval (2018) sobre Cornelius Castoriadis (1986) — no que tange à noção de imaginário — e sobre Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (2015) - com relação à ideia de hegemonia -, definimos o *imaginário hegemônico* como *redes simbólicas que abarcam valores, padrões normativos, quadro cognitivos e repertórios de expressão instáveis e heterogêneos, que no confronto com outros imaginários, conseguem se institucionalizar e, assim, manter certa estabilidade no médio ou longo prazo.*

O caráter abstrato e elusivo dos imaginários nos impede de acessá-lo diretamente. Diante disso, propomos, em consonância com o debate sobre ciclos políticos promovido por Breno Bringel e José Maurício Domingues (2022), que, para captar os múltiplos sentidos do imaginário hegemônico, analisemos os atores e as agendas de maior relevância no debate político durante um dado período de tempo, no qual as instituições tendem a funcionar de modo relativamente estável. Essas três variáveis - *atores, agendas e instituições* - são os meios concretos pelos quais podemos acessar o imaginário hegemônico. Des-

1 Bringel e Domingues (2018) e Ferreira et al (2022) discutem empiricamente as mudanças sociopolíticas no Brasil contemporâneo a partir do conceito de ciclo político, econômico e social. Nascimento (2023), por sua vez, utiliza tal conceito para analisar o processo político venezuelano no século XXI. Os achados empíricos desses trabalhos contribuíram para a formulação da Teoria do Ciclo Político que apresentaremos ao longo deste artigo.

se modo, defendemos que os ciclos políticos possam ser compreendidos como ciclos de imaginário hegemônicos. As razões para essa mudança, oriundas do imaginário radical, se apresentam na forma de acontecimentos e conjunturas críticas.

Aprofundaremos essa discussão ao longo do artigo, que está dividido em seis seções, incluindo esta introdução. Na próxima seção, discutiremos diferentes perspectivas teóricas que tendem a analisar a política de forma cíclica. Após, debateremos a noção de *imaginário hegemônico*, demonstrando como ela se articula com o tema do artigo. Em seguida, nos debruçaremos sobre os conceitos de *acontecimento* e de *conjuntura crítica*, de modo a explicitar como se dá a transição de ciclos políticos. Por fim, apresentaremos a nossa definição de ciclo político, articulando-a com os demais conceitos e teceremos alguns comentários finais.

A política entendida como ciclo: diferentes perspectivas

No dicionário Aurélio, diz-se que a palavra ciclo aparece na astronomia para designar os efeitos da translação do Sol como é o caso das estações do ano. Essa origem nos permite observar que o termo indica uma periodicidade, apresentando um começo, um fim e um recomeço.

Essa concepção passa a ser usada nas discussões políticas ainda na Grécia Antiga, onde o conceito de ciclo originalmente surge para referir-se a mudanças de regimes. O geógrafo e historiador Políbio, seguindo a famosa teoria dos regimes de Platão, propunha que depois da degeneração final da democracia em tirania voltaríamos ao estado original, regido pela aristocracia, reiniciando o movimento cíclico da política. Tal noção seria retomada durante o renascimento por figuras como Maquiavel (Bárbara, 1998)

No entanto, a modernidade rompe com essa noção circular, segundo a qual estaríamos sempre retornando a um estágio inicial, como se o futuro nada mais fosse do que uma volta ao passado. Os efeitos dessa mudança de paradigma podem ser sentidos no léxico político, como no caso do uso da palavra revolução, que, assim como a palavra ciclo, também tinha um significado importante para a astronomia: para os astrônomos, a revolução consistia no movimento periódico da lua sobre a terra. Com o tempo, , no entanto, esse termo passará a referir-se, no debate político, a uma espécie de transformação irrefreável. Isso porque a História passa a ser vista como descolada das possibilidades existentes, ampliando o horizonte de expectativas sobre o futuro (Nunes, 2021). Ou seja, a revolução passa a marcar também uma mudança de regimes, mas sem propor necessariamente um retorno ao que outrora existiu. Esse é o caso da revolução liberal contra o antigo Regime, ou mesmo da revolução comunista contra o modo de produção capitalista (Nunes, 2021).

Portanto, na modernidade, uma revolução é uma ruptura devastadora, não comportando caminhos transicionais na maioria dos casos. A noção de ciclo, no entanto, permanece intrinsecamente vinculada a regimes, uma vez que um ciclo só se fecharia quando houvesse uma ruptura brusca capaz de provocar a transição de uma autocracia a uma democracia ou vice-versa (Lima, 2008).

Exceções a essa concepção, aparecem no clássico trabalho de Schlesinger Jr (1999), em que o conceito de ciclo aparece para referir a mudanças de interesse da sociedade, que ora tenderiam ao interesse privado e ora a ação pública, sem que necessariamente haja mudanças de regimes políticos. Há ainda linhas mais economicistas (Ales, Maziero, Aled, 2014), que delimitam o ciclo político a partir de mudanças eleitorais e dos interesses de gastos públicos durante essas atividades.

Nesses dois casos, a inovação ao olhar processos mais sutis de transformações sociopolíticas é relevante, sobretudo no contexto latinoamericano contemporâneo, onde as democracias persistem ao lado de mazelas sociais e dos conflitos acirrados que delas decorrem. Os golpes militares tradicionais, embora ainda produzam efeitos mais duradouros em nosso pensamento, já não são um traço marcante da política latino-americana tal como era até a década de 1980. Mas isso não significa que não tenha havido transformações relevantes nos últimos anos, como demonstram os trabalhos que tratam dos novos tipos de golpismo na região (Pereira da Silva, 2022).

Apesar de avançar no sentido de desvincular a perspectiva cíclica da política da dicotomia autocracia/democracia, os trabalhos de Schlesinger Jr (1999) e de Ales, Maziero e Aled (2014) apresentam limitações. Com relação ao primeiro, uma análise dos ciclos políticos baseada em uma visão pendular e dicotômica - interesses da sociedade tendendo ora para questões privadas e ora para questões de ordem pública - pode restringir a análise a ponto de não ser possível identificar o que há de distinto em cada momento histórico. Já a análise economicista proposta por Ales, Maziero e Aled, além de sobrevalorizar a dimensão eleitoral, fundamenta em parte as próprias transformações dos ciclos em um processo econômico, retirando a autonomia da dimensão política.

Abordagens desde a América Latina sobre o “ciclo progressista”, que esteve em curso durante a primeira década e meia do século XXI na região, como no caso de Maria Regina Soares de Lima (2008) ou de Maristella Svampa (2017), conseguem ter uma maior abrangência e evitar cair em uma visão estanque ou sobredeterminada. Há, porém, dois problemas do ponto de vista teórico. O primeiro é que a ideia de ciclo, nesses trabalhos, não é teorizada, mas sim utilizada para fazer uma análise conjuntural de um momento específico da região que impactou tanto a dimensão doméstica da política, quanto a dimensão externa, no que tange ao aprofundamento da integração entre os países. Não é a intenção das autoras teorizar quais são os elementos que definem um ciclo ou mesmo

discutir os ciclos anteriores ao ciclo progressista, de forma a estabelecer os parâmetros que demarcam o que há de diferente e de similar entre eles.

O segundo ponto é que, à medida que o ciclo é definido pela hegemonia do progressismo, os países não-progressistas e o sentido do que significa ser um progressista não são devidamente discutidos. Afinal, a vitória eleitoral de um candidato conservador altera o significado desse ciclo? O que de fato o está marcando é o progressismo ou são as instituições, as agendas e as disputas por seu sentido? A verdade é que consideramos que sem levar em conta que o ciclo inclui com quem se disputa e os sentidos dessa disputa, o político ainda não fica completamente ancorado.

O trabalho de Guy Pierre (2004), que a propósito é anterior aos dois supracitados, traz contribuições mais robustas do ponto de vista teórico. O autor define ciclo político da seguinte forma:

Ciclo constituído, durante um período determinado, por dois estados ou momentos sucessivos de configuração ou ordenamento de forças políticas ou grupos de pressão. Esses dois estados correspondem a longos momentos de estabilidade e instabilidade relativa no cenário político. Adverte-se também que em esses dois estados de ordenamento e convivência das forças políticas, ocorrem períodos de enfrentamentos limitados ou abertos, inclusive violentos, entre essas forças pelo controle do aparato do estado (PIERRE, 2004, p. 49, tradução nossa).

Esses momentos de intensa instabilidade são denominados por Pierre de “conjunturas críticas”, definidas como “momentos de grande alcance histórico durante os quais se rompe o equilíbrio de forças ou a estabilidade política” (Pierre, 2004, p. 49). Discutiremos o conceito de conjuntura crítica mais adiante, mas o que nos interessa agora é destacar a proposição de que os ciclos políticos se situam entre duas conjunturas marcadas por instabilidade, nas quais a mudança se torna possível.

Outra contribuição relevante de Pierre (2004) é a de desconstruir as narrativas economicistas que tendem a ver a política como determinada pela economia. O autor defende, no lugar disso, que não existe uma relação simples entre as duas esferas, já que não há, por exemplo, uma causalidade direta entre transformações econômicas e regimes políticos. Um regime democrático pode coincidir com um período de crescimento econômico sustentado ou não, e o mesmo vale para uma ditadura. Isso não implica dizer que as mudanças nos “ciclos econômicos” não produzem efeitos nos “ciclos políticos” no longo prazo, ou vice-versa.

O problema da análise de Pierre aparece no momento da análise empírica e da periodização dos “ciclos políticos longos” da América Latina ao longo do século XX. O politólogo estabelece que o primeiro ciclo teria ocorrido entre o início da 1ª Guerra Mun-

dial e o fim da 2ª (1914-1945) e o segundo ciclo teria compreendido o período da Guerra Fria (1945-1989). Essa delimitação temporal apresenta dois problemas. Além de estabelecer ciclos muito longos que nos impedem de captar transformações engendradas em momentos chaves — como a crise de 1929 e as crises do petróleo, na década de 1970 — vincula de forma determinista a política latino-americana a dinâmicas globais, marginalizando na análise os movimentos endógenos de formação do ciclo. Além disso, ao não buscar observar os elementos de interação, não é fácil pensar analiticamente as variáveis que se devem observar na disputa política.

Assim, de forma a permitir um maior dinamismo do conceito de ciclos recorremos a categorias mais abertas, tal qual propõem Bringel e Domingues (2019). Ao definir o ciclo a partir da interação entre *atores*, *instituições* e *agendas*, os autores avançaram com a possibilidade de uma reflexão mais dinâmica dos ciclos políticos ao dar protagonismo às coletividades sociais em suas disputas por sentido na sociedade. É da correlação de forças, pois, que se trata ao definir um ciclo. É justamente dialogando com essa perspectiva que pretendemos formular a nossa Teoria do Ciclo Político, ao defendermos que a interação entre atores, agendas e instituições nada mais é do que a manifestação do imaginário hegemônico, conceito do qual trataremos na próxima seção.

O imaginário hegemônico

A ideia de que a sociedade tem seu lastro em componentes imaginários já estava presente na origem da sociologia. Como bem observa Delitz e Maneval (2018), tanto Durkheim quanto Simmel, autores inscritos em tradições sociológicas distintas, constroem suas teorias a partir dessa premissa. Em seus trabalhos mais maduros, Durkheim percebe na efervescência das práticas rituais, aspectos inclusive comuns às crises econômicas contemporâneas. Nelas aparece um espaço para a emergência de novas ideias e rotinas que passam a orientar a conduta social. Esse processo, chamado de dinamogênese (WEISS, 2013) pelo sociólogo francês, caracteriza a construção do social pela cristalização de afetos coletivos nas formas dos ideais, o que corresponde a um momento de criatividade social — ou imaginário radical —, na medida em que institui novas práticas (DOMINGUES, 2000).

No século XX, o debate sobre a noção de imaginário avança, tendo Castoriadis (1986) como um de seus principais expoentes. O autor afirma que a sociedade apenas se realiza enquanto uma instituição imaginária ao ser inventada por um grupo de pessoas. Para entendermos melhor essa premissa, torna-se relevante explicitar a tríade construída por Castoriadis para abordar o processo de significação: o real, o racional e o imaginário. Como observa o sociólogo Francisco Julião Bedê sobre a obra de Castoriadis, “enquanto

o ‘real’ refere-se aos componentes derivados da percepção e o ‘racional’ aos componentes derivados da lógica, o ‘imaginário’ refere-se ‘à criação de um mundo de significações por meio das quais a apreensão e a lógica se efetivam’ (BEDÊ, 2022, p. 8). Portanto, o imaginário promove as próprias figuras de sentido que serão posteriormente racionalizadas.

Dentro do conceito de imaginário há o momento instituinte do social, no qual há a formação de significados e imagens novos que re-estruturam a sociedade. Esse é o imaginário radical, o qual se opõe ao imaginário instituído na medida em que o segundo representa aquilo que já foi imaginado pela sociedade e que passa a ancorá-la. A sociedade se institui quando, em dado tempo e espaço, consegue conter o ímpeto das contingências, estabilizando o processo de criação simbólica. O simbólico se apresenta em formas, figuras e imagens, as quais fundamentam um determinado universo de sentido. Através delas podemos acessar o imaginário, ponto fundamental em nossa argumentação.

Desse modo, há em Castoriadis um *imaginário central*, o qual estrutura nossas possibilidades de ação e criação. Tal imaginário central é “um cimento invisível juntando essa coleção ilimitada de possibilidades e fins reais, racionais ou simbólicas que constituem qualquer sociedade” (CASTORIADIS, 1998, P. 143, tradução nossa).

Além disso, o imaginário, tal como pensado por Castoriadis, nos permite vincular o social e o político de modo mais explícito do que nas obras de Durkheim. O autor defende que, por um lado, é o imaginário que sustenta as relações de poder organizadas através do Estado, ou seja, é ele que estabelece os limites para o exercício do poder em cada contexto, fechando ou abrindo o horizonte histórico, bloqueando ou viabilizando determinados projetos políticos. Por outro lado, as articulações do imaginário dependem do fenômeno da autoridade e da atuação do poder constituído. As leis e as instituições políticas são os nós que dão concretude às significações imaginárias. Em explícita crítica a Carl Schmitt e Max Weber, Castoriadis enfatiza a centralidade do imaginário como o elo de conexão entre o social e o político que legitima o poder:

Qualquer que seja a articulação explícita do poder instituído, este, como acabamos de ver, nunca pode ser pensado unicamente em função da oposição “amigo-inimigo” (Carl Schmitt); tampouco poderia (assim como tampouco a dominação) ser reduzido à noção de “monopólio da violência legítima”. Para além do monopólio da violência legítima, há o monopólio da palavra legítima; e este, por sua vez, é ordenado pelo monopólio da significação válida (CASTORIADIS, 1992, p. 132).

Por essa perspectiva, é possível dizer que o momento político é um momento de instituição da própria sociedade. Com essa noção, a reflexão do filósofo grego pode ser articulada em uma perspectiva pós-fundacional da teoria política, segundo a qual entende-se que a falta de um fundamento último ao social, pode ser ao menos interpretada pela

capacidade do político de instituir e destituir.

No entanto, Delitz e Maneval (2018) e Bedê (2022) criticam o fato de o autor francês mobilizar uma concepção unitária do social, na qual as significações imaginárias seriam instituídas pela *sociedade* enquanto *coletivo anônimo* homogêneo. Desse modo, o aspecto antagônico do social desaparece, o que dificulta a análise das dinâmicas políticas concretas. Para preencher essa lacuna, Delitz e Maneval (2018) propõem o resgate do conceito de hegemonia tal como relido pelo pós-marxismo de Laclau².

Em *Hegemonia e estratégia socialista*, Laclau e Mouffe (1985) resgatam o conceito de hegemonia de Gramsci para pensar as dinâmicas de disputas políticas contemporâneas, na qual não haveria uma essência que definiria um sujeito como protagonista. Ao partir do problema da ausência de uma essência para as lutas sociais e suas articulações, Laclau e Mouffe buscam ancorar o social na ideia de antagonismo, abrindo um importante veio para reformulação da teoria social (ZIZEK, 2017; MARCHART, 2018).

O antagonismo pressupõe uma latente contradição lógica no discurso que estrutura a ordem social. Nesse sentido, a própria ideia de sociedade está ancorada em uma negatividade (MARCHART, 2018) que sempre impede a possibilidade de uma instituição plena. Esse antagonismo é o que permite produzir novas identidades e novos sujeitos através da articulação de demandas particulares em uma cadeia de equivalência.

Toda e qualquer demanda é em si distinta das demais e só pode se aproximar a partir de uma operação de articulação discursiva. Essa articulação permite a unidade do que é incomensurável em torno de uma identidade comum. Por esse motivo, o processo de articulação em Mouffe e Laclau é chamado de hegemonia.

Em *A Razão Populista* (LACLAU, [2005] 2013), podemos ver como essa construção ocorre através da categoria povo e sua articulação através do significante vazio. Laclau propõe que o povo seja uma identidade coletiva heterogênea, porque ele precisa representar uma diversidade de demandas em si. A fluidez e a singularidade dessas demandas fazem com que apenas na luta política, onde se articula o discurso *nós-eles*, é que se possa construir, por oposição, uma identidade coletiva (MOUFFE, 2020).

Também é necessário que haja uma sutura, mesmo que efêmera, algo que ocorre por meio da articulação hegemônica. Nela, uma das demandas de dentro da cadeia passa a representar em si todas as demais, tornando-se um significante parcialmente esvaído de sua substância original (LACLAU, 2013). Esse processo se deve ao fato que, para representar cadeias amplas, é preciso abdicar de um conteúdo particularista em nome de uma forma universal (LACLAU, 2013, P 154). Esse significante vazio (LACLAU, 2013), ou

2 O Sociólogo Francisco Bedê propõe um caminho distinto ao ler o conceito de imaginário articulado à teoria da hegemonia em Gramsci e à teoria da ideologia em Zizek. Para esse caminho alternativo ler Bedê (2022).

hegemonia, pode ser um lema, uma organização, ou um indivíduo. Para nós, é importante observar que a produção da hegemonia é constitutiva do que está em disputa em um ciclo político e de quais lados estão atuando.

É importante notar, no entanto, que tais significantes além de vazios, são flutuantes. Isso significa que seus significados podem ser modificados ou disputados por outras cadeias, como nas tentativas do Estado de controlar o conflito ao absorver para suas agendas as principais reivindicações contrárias que lhe eram contrárias. Portanto, ainda que no Laclau de *A Razão Populista* o controle do Estado possa ser visto como a interrupção do antagonismo — e, portanto, do político — podemos ao contrário considerar que o conflito continua latente nas instituições. Nesse ponto, seguindo Javier Franzé (2021), podemos considerar que dentro das instituições — a nível ôntico³ — também se manifesta o antagonismo do político — isto é, o nível ontológico.

Assim, influenciados por essa teoria pós-marxista de hegemonia, podemos propor reformular o conceito de imaginário, concebendo uma multiplicidade de imaginários que disputam a hegemonia. Portanto, a hegemonia é concebida como um complexo arranjo no qual as relações entre os distintos níveis do mundo social, instituídas por relações de poder, formam totalidades parciais, que podem a qualquer momento se romper.

Se o imaginário tem em si um momento instituinte do social, e se ele pode ser visto como produtor de uma hegemonia precária na medida em que os atores, as agendas e as instituições estão por ele referenciadas, então temos aí um lugar de onde discutir o começo e o fim de um ciclo político.

Retomemos nossos conceitos uma vez mais. Concebemos o *imaginário* como redes simbólicas que abarcam valores, padrões normativos, quadro cognitivos e repertórios de expressão instáveis e heterogêneos. Ao mesmo tempo que o imaginário é produzido nas interações sociais, ele estabelece os limites nos quais essas interações devem ocorrer, à medida que consegue se tornar hegemônico frente aos demais e se institucionalizar. Assim, pode ser dito que, enquanto o *imaginário hegemônico* estrutura ontologicamente a sociedade, sua manifestação se dá em termos de instituições, atores e agendas que estão sendo disputadas, considerada a dimensão ôntica. Portanto, a localização dos significantes vazios usados pelos atores que hegemonizaram o debate público e a captação dos sentidos atribuídos a eles nos permite acessar o imaginário.

Para compreender como se constituiu o imaginário hegemônico, é importante analisar quem ficou de fora da lógica de equivalência e por quê. Nesse sentido, Delitz e

³ Ôntico e ontológico são categorias de Heidegger usadas pelo pensamento pós-fundacional. Laclau (2013) e Marchart (2007) usam esses termos para diferenciar a política do político. Política seriam as disputas tal como se apresentam em um dado sistema político, sendo considerada a dimensão ôntica. Já o político, o ontológico que a teoria política busca acessar, seria marcado pelo antagonismo e pelas decisões instituintes de uma nova ordem.

Maneval (2018) propõem algumas perguntas que podem servir de guia para identificar o imaginário hegemônico. São elas: quem serve como o *outro*? Por que esse *outro* foi escolhido para ser o referencial antagônico por meio do qual a identidade hegemônica se constituiu? Concordamos que essas questões são fundamentais, contudo entendemos que não basta nos debruçarmos em compreender o que e como se definiu o *eles*. É preciso também observar quais os laços que produzem o *nós*. Além de analisar como um dado imaginário se constitui como hegemônico, é fundamental compreendermos como essa hegemonia é rompida, afinal o político é o terreno do conflito e do antagonismo, enquanto o imaginário mesmo é atravessado por essa contradição entre a sua instituição e o seu momento instituinte. Será por meio dos conceitos de acontecimentos e conjuntura crítica que pretendemos juntar a discussão das mudanças no imaginário com os elementos de nosso ciclo político.

Acontecimentos e conjunturas críticas na perspectiva pós-fundacional

O rompimento do imaginário hegemônico e a transição para um novo ciclo político são vistos claramente em contexto de grandes revoluções sociais, como no caso da França (1789), da Rússia (1917) ou de Cuba (1959). Porém, é mais razoável considerar que a Revolução é um fenômeno mais específico dentro de um acúmulo de mobilizações (TILLY, 1978).

Se observarmos o curso da História, veremos que as transformações sociopolíticas tendem a ocorrer de forma gradual, fruto de um processo de acúmulo molecular de condições que permitem uma mudança qualitativa, tal qual na *Revolução Passiva* descrita por Gramsci (2014). Na ausência de rupturas revolucionárias bruscas, portanto, o que resta aos analistas é mapear os *acontecimentos* que são capazes de romper com a historicidade linear, interpelando o passado e o presente e criando as condições para o futuro. Não à toa seu uso têm ganhado proeminência para avaliar os impactos mais longevos de revoltas populares, como no caso da importância de Junho de 2013, no Brasil (Nunes, 2014; Mendonça, Simões, 2022) ou ainda no caso dos Indignados na Espanha, em 2011, cujos efeitos levaram ao surgimento de novas forças políticas e o rompimento do bipartidarismo na Espanha (López, 2016).

O conceito de *acontecimento* - ou de *evento*, em algumas traduções - é muito trabalhado na filosofia, aparecendo na obra de autores clássicos, como Heidegger, Foucault, Althusser e Badiou (MARCHART, 2007; NUNES, 2014). Neste trabalho, em particular, dialogamos com este último por acreditarmos ser relevante à discussão sobre mudanças de ciclos de imaginário hegemônico.

O conceito de “acontecimento” é pertinente porque permite trazer a noção de con-

tingência para o centro da análise política, associando-a com a possibilidade de ruptura do *status quo*. No sentido de Badiou, os acontecimentos são corriqueiros na vida de uma pessoa (TUPINAMBÁ, 2019). Sua condição é o fato de fazer aparecer algo que não havia sido contabilizado (BADIOU, 2005) e, portanto, que não estava representado no imaginário. Dito de outra forma, o acontecimento político é a disrupção da ordem do ôntico, ou seja, a disrupção das dimensão concreta do “estado da situação” (MARCHART, 2007), inaugurando um procedimento de verdade (ARAUJO; SIQUEIRA, 2018). Para o filósofo francês, é na fidelidade a essa verdade, que se constitui um sujeito, o que, adaptando para o vocabulário que estamos usando neste artigo, significa a recomposição dos atores e suas capacidades de moldarem as agendas e as instituições.

Assim, há uma primazia do aparecimento de atores, nos vínculos com o imaginário radical, porque acreditamos que eles surgem antes que as instituições ou as agendas. É da prática reiterada desses atores que se rotinizam novas instituições. Esse novo imaginário dos atores toma forma em seus discursos e nas pautas que advogam. São essas pautas e os lemas levantados que se tornam as novas agendas. Em outras palavras, os atores têm a primazia sobre a criatividade social. Eles representam ao mesmo tempo a possibilidade de abertura do imaginário radical e a institucionalização do imaginário nas disputas corriqueiras entre atores, agendas e instituições.

Os acontecimentos podem fazer emergir um novo ciclo, quer seja por trazer novos repertórios à ação, novas gramáticas para a discussão ou por demonstrar outras formas de organização possível. Esse processo atinge mudanças qualitativas nas formas de grandes mobilizações, os ciclos de protestos (TARROW, 2009), os quais abrem janelas de oportunidades políticas. No limite, tais oportunidades podem desembocar em explosões revolucionárias.

Ou seja, a emergência de novos sujeitos e novos ciclos está sempre em potência no presente, faltando as condições para a sua transformação qualitativa. Daí também que seja difícil perceber o fim de um ciclo quando se está dentro dele. As potências podem não se realizar, dependendo da contingência histórica, isto é, das relações de força que permitem a abertura política.

Entretanto, a ideia de acontecimento, no singular, pode nos levar a incorrer no erro de atribuir um peso muito grande a um fato específico, ignorando outros que ocorrem dentro da mesma conjuntura que confluem para a transição em direção a um novo ciclo. Devido ao caráter molecular e cumulativo do processo de transformações políticas, seria mais interessante pensar não em um acontecimento capaz de romper o *status quo*, mas sim de uma confluência de acontecimentos produzindo uma *conjuntura crítica*.

Um conjunto de pesquisadores vinculados à perspectiva do Institucionalismo Histórico têm utilizado o conceito de conjuntura crítica para analisar processos de mudan-

ças institucionais. Embora nós não estejamos reivindicando essa linha de pesquisa, é útil dialogar com tais autores, afinal o funcionamento das instituições é um dos elementos centrais para a estabilidade de um ciclo político. Collier e Collier (1991; 2002) têm alguns trabalhos importantes discutindo esse tema. Para os autores, uma conjuntura crítica seria “um período de mudança significativa”, que ganha feições distintas nos diferentes países e que produzem legados distintos. Esse legado pode constituir-se em mecanismos institucionalizados, como regimes mais estáveis, e com maior duração, ou podem configurar-se em mecanismos *autodestrutivos* por sua instabilidade.

Entretanto, Capoccia (2007; 2015; 2016) nos alerta para um problema relativo a essa lógica que estabelece uma relação causal e necessária entre conjuntura crítica e mudança social, por negligenciar a possibilidade de essas conjunturas não implicarem nenhuma grande transformação. A conjuntura crítica caracteriza-se, pois, como um período de redução dos constrangimentos institucionais, em que mudanças significativas são possíveis e, ao mesmo tempo, imprevisíveis. Trata-se de um momento de incerteza sobre o futuro arranjo institucional que permite que a ação política tenha papel causal protagonista na consolidação de determinada trajetória institucional.

Diante disso, Ferreira, Marino e Neves (2023) indicam que a pergunta mais adequada para investigar essa relação entre conjuntura e mudança seria a seguinte: Quais as condições que possibilitam as mudanças em meio a uma conjuntura crítica? Dessa maneira, a conjuntura não ocupa o papel da causa, mas sim de contexto no qual as transformações ocorrem. O contexto da conjuntura é justamente a relação entre os elementos que falamos anteriormente. Daí, que voltando nossa atenção para a importância de considerar o imaginário hegemônico como ciclo político, temos agora que pensar em como o contexto se altera ou se mantém através da teoria do imaginário.

Tendo essas questões em mente, voltemos novamente para a relação entre conjuntura crítica, acontecimento e elementos do ciclo político. Os acontecimentos são a introdução na realidade política — o ôntico — do imaginário radical. Os atores são a interação mais efêmera e mais sujeita a transformação e, por isso, é onde podemos ver a alteração que causa um acontecimento. Seguindo Badiou, um novo ator surge na sua fidelidade ao acontecimento, o que permite a introdução de uma novidade no conjunto dos elementos do ciclo político.

Esse momento de criatividade social corresponde à reconfiguração do imaginário radical sob o instituído em Castoriadis. O imaginário instituído é assim porque está suturado por uma articulação hegemônica, articulação essa que corresponde a como há a interação entre nossas categorias e como elas percebem o próprio conflito. Compreendemos, no entanto, que o que há de hegemônico também conserva em si uma contradição latente que corresponde aos elementos que não podem ser apreendidos por sua hegemomo-

nia, e vão apresentando em si uma postura de oposição, em parte centrada nas possibilidades dadas, em parte além do que foi colocado.

Assim, o ciclo sempre aparece cingido pela própria disputa entre a fluidez e criatividade do imaginário radical e pela sua estabilização e conservação na forma do instituído. Os novos atores, nesse sentido, ressignificam as próprias agendas, uma vez que representam novas demandas ou as descrevem de outra forma, conduzindo a novos conflitos e alianças entre tais coletividades e as instituições. Será, no entanto, na medida em que há um acúmulo desses processos orquestrando modificações institucionais de mais largo fôlego que podemos avaliar uma conjuntura crítica, nos levando a buscar sempre as variáveis que levaram ao conflito em determinado processo.

Portanto, o imaginário hegemônico deve ser visto, em um plano ontológico, como a manifestação de um antagonismo presente entre o imaginário radical e a tendência à estabilização do imaginário instituído. Isso remete a um plano dos conflitos que observamos na história e em seus desdobramentos. São esses conflitos e cooperações, especialmente considerando a primazia das relações interpessoais, o que nos levará ao antagonismo político, e a fundação de um novo ciclo. Daí, propomos o esquema abaixo:

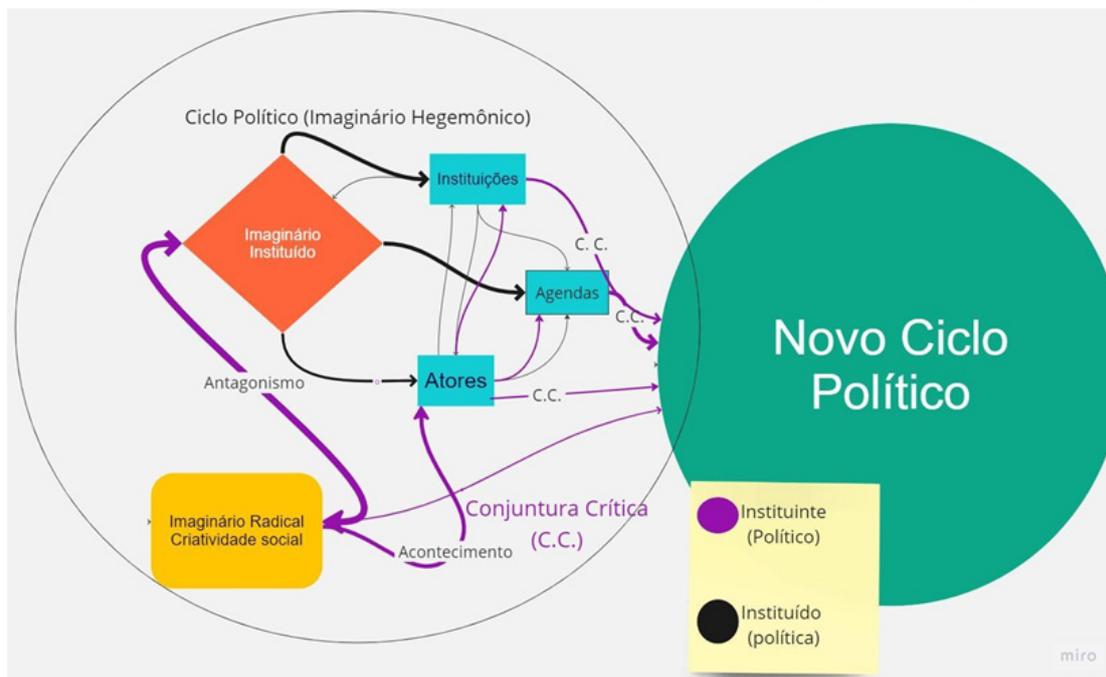


Figura 1: Análise da constituição de um ciclo político e de sua mudança.

De posse dos nossos elementos e categorias, acreditamos ter as ferramentas teóricas necessárias para retornar a discussão de ciclo político. Mostraremos a seguir algumas ideias de como podemos aplicar os conceitos e fazê-los dialogar na prática.

O ciclo político segundo a nossa perspectiva

Dentre os três elementos elencados por Bringel e Domingues (2019), aos quais nos referimos nas seções acima, as instituições são aquelas que apresentam maior estabilidade. Contudo, quando muda o ciclo, as instituições se alteram – ao menos, na sua dinâmica real de funcionamento – sem que necessariamente sejam modificadas ou substituídas na formalidade da lei. O segundo elemento - as agendas políticas - apesar de algumas variações, se mantém firme ao longo de um ciclo, ressoando fortemente na sociedade. Temas como fome, miséria, corrupção etc., são normalmente concebidos de uma maneira bastante particular, sem sofrer grandes transformações, ao longo de um ciclo político. Por fim, a dinâmica cíclica é hegemonizada por organizações coletivas e indivíduos específicos. Porém, como esses atores políticos têm vida limitada, com o passar do tempo eles perdem a capacidade de influenciar a conjuntura e novos agentes surgem, abrindo espaço para a formação de um novo ciclo.

Dito isso, faz-se necessário discutirmos a noção de *agência* a fim de explicitar de que modo estão vinculados os *atores* e as *agendas*. Partimos do pressuposto de que todos os indivíduos ou coletividades possuem certo tipo de agência, ou seja, possuem a capacidade e a habilidade de influenciar outros indivíduos e coletividades por meio de suas ações, quer sejam elas racionais, ou quer sejam não-intencionais. Certamente, esta capacidade varia de acordo com a posição ocupada pelo agente, isto é, um líder sindical não terá o nível de agência que um presidente. Isso porque a posição que esse líder sindical ocupa no imaginário instituído, tende a ter menor relevância, porque o presidente, enquanto chefe de Estado, representa a nação como um todo. Ou seja, suas redes de interação simbólica se estendem por todo o país. Seria apenas na medida em que esse líder sindical fosse capaz de representar uma nova aposta de um imaginário – como no caso da liderança do Lula no ABC no final dos anos 1970 e início dos 1980 — em que é possível dizer que há uma agência equilibrada.

Além disso, mesmo entre dois indivíduos ou duas coletividades que ocupam a mesma posição na hierarquia do Estado, pode haver disparidade no seu grau de agência. Essa disparidade pode ocorrer seja por terem atributos pessoais distintos, como, por exemplo, no caso de um chefe de Estado que possui carisma e outro que não; ou seja por questões relativas ao funcionamento institucional - um comandante das Forças Armadas em um regime ditatorial no qual é aliado do governo tende a exercer maior influência no jogo político do que um comandante militar em um regime democrático que prevê o controle civil das instituições militares.

Independentemente do desnível do grau de influência dos diferentes atores políticos, todos eles, em alguma medida, ocupam uma posição que os permite reinterpretar

as principais agendas que dominam o debate público, bem como propor novas agendas ou impulsionar aquelas que lhe foram apresentadas em algum momento. Desse modo, propomos que as agendas surgem a partir de um processo amplo e complexo de interações sociais, mas que só ganham centralidade quando passam a ser debatidas pelos principais atores políticos. As maneiras como uma dada agenda é abordada pelos diferentes atores quase sempre apresentam diferenças, o que implica na produção de distintos sentidos acerca da mesma agenda. Contudo, tais distinções podem ser inconciliáveis - reforçando a lógica das diferenças e a constituição do *outro*, o *eles* - ou conciliáveis - possibilitando a articulação de cadeias de equivalência com o fim de construir um *nós* plural e heterogêneo.

A título de exemplo, vamos imaginar um cenário no qual há três grandes imaginários políticos em disputa pela hegemonia. O imaginário A inclina-se em favor do estabelecimento de uma democracia radical, substantiva, que vislumbre, para além da formalidade na escolha legítima de seus representantes, um Estado do Bem Estar Social robusto. O imaginário B, por sua vez, aponta para uma democracia mínima e formal, com um Estado também mínimo no que tange à condução da economia. Já o imaginário C está permeado de valores autoritários e inclina-se à implementação de um regime militar ditatorial. Supomos, ainda, que para A e para B, o significante vazio *democracia* é inegociável, ou seja não abrem da agenda de defesa de um regime político no qual os seus representantes possam ser eleitos de forma legítima pelo povo. Diante disso, a probabilidade de estabelecer uma cadeia de equivalência que articulem os dois em uma coalizão ampla, estabelecendo o C como o *outro*, é maior do que qualquer outro cenário em que C consiga se articular com os demais.

Seja por meio de estratégias que visem o estabelecimento ou o reforço da lógica de equivalência ou das lógica da diferença, fato é que uma agenda proposta por um determinado ator ou por uma coalizão de atores, ao ganhar centralidade no debate público, não pode ser ignorada pelos demais atores políticos hegemônicos. Caso contrário estes podem ver enfraquecer a sua capacidade de influenciar o jogo político e serem excluídos da coalizão hegemônica. Elas, portanto, se tornam enquadramentos, a partir do qual divide-se os grupos em disputa. As mudanças climáticas, por exemplo, são uma agenda fundamental nas disputas políticas atuais. Os principais atores precisam se posicionar diante desse tema, seja para propor soluções ou mesmo para desconstruir os argumentos existentes e negar a existência do problema. Da mesma forma, o combate ao comunismo foi uma das principais agendas durante a Guerra Fria. No contexto das disputas políticas naquele período, os principais atores discutiam tal tema seja para contrapor-se à ideia de que haveria uma ameaça vermelha ou para reforçá-la.

As *instituições*, por sua vez, são definidas como comportamentos e práticas padronizadas e repetitivas por parte dos atores (indivíduos e coletividades), que podem ser

formalmente definidas ou não. As instituições são as normas e regras que tornam a vida humana possível, ao limitar a instabilidade e a heterogeneidade do imaginário (DOMINGUES, 2019). A Constituição é o exemplo mais bem acabado do elo entre imaginário e instituições, porque apesar de sua polissemia, possibilitando diferentes tipos de interpretações, a letra da lei estabelece os limites de até onde essa polissemia pode ir. A Constituição ainda aceita que existia antes dela poder constituinte, responsável pela fundação de sua instituição, e que, portanto, guarda paralelos com o momento instituinte do imaginário radical. Por meio de uma leitura atenta da Carta, guiada pelo conhecimento da História e das disputas políticas travadas no momento da formulação da Carta e/ou da aprovação de reformas cruciais, é possível notar o que ficou “de fora”. Para isso, é preciso resgatar os atores e as agendas que estavam em disputa, mas que ficaram de fora da Carta ou que foram explicitamente excluídos das regras do jogo.

No entanto, cumpre ponderar que uma análise funcionalista das instituições não dá conta de apreender como se dão os processos de mudança social, já que há elementos informais que são tão essenciais quanto os elementos formais. Por exemplo, a eficiência de um sistema eleitoral não pode ser medida apenas pela maneira como suas regras estão descritas nas leis e o seu funcionamento na prática. É preciso também que estas sejam constantemente referendadas pelos atores políticos em disputa. Caso os perdedores passem a questionar de maneira sistemática a lisura do pleito, sem apresentar provas de irregularidades, isso pode fazer com que parte importante de seus apoiadores percam a confiança na democracia, podendo se abster de votar e/ou passarem a utilizar métodos antidemocráticos de ativismo como retaliação. Diante disso, quando nos referimos a instituições, é necessário observar tanto suas regras formais quanto informais.

A interação entre atores, instituições e agendas cria um equilíbrio dinâmico nos ciclos hegemônicos. É a relativa estabilidade do conflito, dos discursos mobilizados e das críticas feitas, o que permite falar de um ciclo político.

A alteração entre um momento e o outro se dá pelo acontecimento que insere uma nova imaginação na política. É algo que até então ainda não estava totalmente estabelecido nas regras ou esperado pelos atores hegemônicos. Seguindo o exemplo da relação entre líder sindical e presidente, poderíamos falar sobre a força de mobilizar grandes greves, auxiliando na mudança de cenário político. A grande greve do ABC paulista no Brasil, entre 1978 e 1980, retomou a importância do movimento sindical, introduziu a liderança de Lula, abrindo espaço para o surgimento do PT. Tudo isso, dentro de uma conjuntura crítica do fim do Regime Militar. Do mesmo modo, ao olhar Junho de 2013, por exemplo, vê-se como ele reconfigurou a política brasileira, permitindo surgir novos atores à direita a partir do discurso de impunidade, como no caso do Movimento Brasil Livre e depois da força do bolsonarismo; mas também com a reinvenção da esquerda e da maneira de cons-

truir repertórios políticos, como a mobilização da juventude, ou as tentativas de mandatos coletivos, como o de Áurea Carolina, pelo Gabinete (Ferreira, 2023).

A emergência de novos atores, portanto, é um acontecimento que desafia as instituições. Quando as instituições e seus atores não são capazes de absorver essa nova disputa para dentro de si — o que seria o transformismo —, temos uma conjuntura crítica. É nela que se vislumbra a iniciação de um novo ciclo político.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi contribuir para operacionalizar o conceito de ciclo político através da ideia de imaginário hegemônico. Nossa preocupação partiu de uma evidente carência na hora de periodizar a política no médio e longo prazo, na medida em que faltava arcabouços para pensá-la para além das mudanças eleitorais ou de regimes (democracias/autocracias). Ainda que tais transformações sejam relevantes para conduzir ao fim de um ciclo, fenômenos como a ascensão da extrema-direita mais recentemente ou as mudanças na transição da centralidade das agendas do material para as agendas do pós-material, durante o pós-guerra, dificilmente poderiam ser percebidos com institucionalidades tão estanques. Entender o que devemos olhar para perceber essas mudanças e o que buscamos nelas é o que nos interessava.

Nossa análise nos levou justamente a considerar que o ciclo político deve ser percebido como um produto contingente, pois seu lastro está no próprio imaginário e em sua natureza fluida. Assim, analisar os conflitos que o cercavam nessa perspectiva nos levou a nos aproximar do conceito de imaginário hegemônico. Garantindo que o imaginário hegemônico é o que confere a forma como a disputa se dará em um nível ontológico de produção das identidades, procuramos perceber aí como este se manifesta. Seguimos daí as categorias de atores, instituições e agendas, considerando que em sua complexa teia de interações e disputas o antagonismo e as articulações hegemônicas se desdobram.

No entanto, faltava considerar como inserir o elemento criativo do imaginário social dentro dessas teias. Esse foi o trabalho que procuramos propor através do conceito de acontecimento e das conjunturas críticas, entendendo essa última como uma confluência de acontecimentos, ou como um grande Evento. Os acontecimentos representam os próprios movimentos no nível ôntico das interações que reverberam, transformando molecularmente o imaginário até um ponto de tensão e ruptura.

Se o artigo estiver a contento, fomos capazes de ao menos propor um outro caminho para debater o conceito de ciclo político, que pode servir em dois sentidos. Por um lado, pode fornecer à sociologia histórica elementos para avaliar a política no médio e longo prazo e tecer comparações. Por outro, também contribui na operacionalização em-

pírica e heurística de propostas teóricas a partir da teoria do imaginário social.

Recebido em 20 de dezembro de 2023.

Aprovado para publicação em 18 de março de 2024.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, W. R M; SIQUEIRA, A. M. O. O “acontecimento” como procedimento da verdade na perspectiva ontológica de Alain Badiou. **REVES - Revista Relações Sociais**, Vol. 01 N.01. Disponível em: <https://doi.org/10.18540/jrevesv11iss1pp0037-0048> ISSN: 2595-4490, 2018.

BADIOU, A. **Metapolitics**. London: Verso books, 2005.

BEDÊ, F. J. M. **Imaginário, subjetividade e hegemonia no pensamento pós-marxista: contribuição para uma renovação teórica da análise política**. Tese de doutorado em Sociologia, Orientador: José Maurício Castro Domingues da Silva. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, 2022.

BRINGEL, B. Campos de ação e confronto político no Brasil: do ciclo democratizante ao bolsonarismo e vice-versa. In: TAVARES, F.; BALLESTRIN, L.; MENDONÇA, R. (org.). **Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil**. Eduerj, Rio de Janeiro, 2022.

BRINGEL, B.; DOMINGUES, J. M. Brasil. **Cambio de era**. Crisis, protestas y ciclos políticos. Madrid: Catarata, 2018.

BRINGEL, B; DOMINGUES, J. M. Ciclos políticos: conceptualización y la América Latina. In: TORRES, Estaban; DOMINGUES, José Maurício (org.). **Nuevos actores y cambio social en América Latina**. Colección Grupos de Trabajo. ISBN 978-987-813-194-8. CLACSO. Buenos Aires, pp. 263-280, 2022.

CAPOCCIA, G.; KELEMEN, D. The study of critical junctures: theory, narrative, and counterfactuals in historical institutionalism. **World Politics**, v. 59, n.3, pp. 341-69, 2007. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/222749>. Acesso em: 01 jun. 2023.

CAPOCCIA, G. Critical junctures and institutional change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (orgs). **Advances in comparative-historical analysis, strategies for social inquiry**.

Cambridge: Cambridge University Press, 2015, pp. 147-79. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/CBO9781316273104.007>.

CAPOCCIA, G. Critical junctures. In: FIORETOS K.O.; FALLETI, T.G.; SHEINGATE, A. D. (orgs). **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, pp. 89-106, 2016.

CASTORIADIS, C. **A Instituição imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 2ªed. 1986.

CASTORIADIS, Castoriadis. **As Encruzilhadas do Labirinto III- O mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

CASTORIADIS, C. “Institution of Society and Religion”, **Thesis Eleven**, 35: 1-17, 1993.

COLLIER, R.; COLLIER, D. **Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

DAGNINO, E. Confluência Perversa, Deslocamento de Sentido, Crise Discursiva. In: GRIMSON, A (Org.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 195-216.

DELITZ, H.; MANEVAL, S. The “Hidden Kings”, or Hegemonic Imaginaries: Analytical Perspectives of Post-foundational Sociological Thought. **Im@go**, n.10, 2017.

DOMINGUES, José Maurício. **Social Creativity, Collective Subjectivity and Contemporary Modernity**. London Palgrave Macmillan, 2011.

DOMINGUES, José Maurício. **Critical Theory and Political Modernity**. London. Palgrave Macmillan, Springer. 2019.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. O Sistema Totêmico na Austrália. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FERREIRA et al. Ciclos políticos, econômicos e de protesto no Brasil contemporâneo. In: TAVARES, F.; BALLESTRIN, L.; MENDONÇA, R. (org.). **Junho de 2013: sociedade**,

política e democracia no Brasil. Eduerj, Rio de Janeiro, 2022.

FERREIRA, G.; MARIANO, M.; NEVES, B. Uma crítica do conceito de conjuntura crítica: a questão da mudança no Institucionalismo Histórico. In: **Revista de Sociologia e Política**, v. 31, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-98732331e001>.

FRANZÉ, Javier (2021). Un hogar para la muerte de la política. **Andamos**, volumen 18, Número 46, mayo-agosto, 2021, pp. 19-45. Disponível em: <https://doi.org/10.29092/uacm.v18i46.836>. Acesso em: 20 ago. 23.

HALL, P. A.. Politics as a process structured in space and time. In: FIORETOS, K.O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A.D. (orgs) **The Oxford handbook of historical institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, pp. 31-50, 2016.

LACLAU, Ernesto. **A Razão Populista**. 1ª ed. Trad. Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas. 2013.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios. 2015

LOPEZ, Emanuel Rodríguez. **La Política en el Ocaso de la Clase Media: El Ciclo 15M - Podemos**. Madrid: Editora traficante de sueños. 2016

MARCHART, O. **Post-Foundational Political Thought**. Political Difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau. Edinburgh University Press Ltd 22 George Square, Edimburgo, 2007.

MARCHART, O. **Thiking Antagonism: political ontology after Laclau**. Edinburgh. Edinburgh University Press. 2018

MENDONÇA, R. F. ; SIMÕES, P. G. Junho de 2013 como Acontecimento. In: TAVARES, F.; BALLESTRIN, L.; MENDONÇA, R. (org.). **Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil**. Eduerj, Rio de Janeiro, 2022.

MOUFFE, Chantal (2020). **Por um populismo de esquerda**. São Paulo: Autonomia Literária.

NASCIMENTO, J. Cadernos Prolam /USP- **Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 22,n. 45, p 271-305, jan.-jun, ISSN: 1676-6288, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/209613>. Acesso em: 12 de mar. de 2024.

NUNES, Rodrigo. Geração, acontecimento, perspectiva. Pensar a mudança a partir do Brasil. **Nueva Sociedad**. especial em português, dez. Disponível em: <https://joaocamillo-penna.files.wordpress.com/2017/03/nunes-rodrigo-geracca7acc83o-acontecimento.pdf>. 2014. Acesso em: 18 ago. 2021.

NUNES, Rodrigo. **Neither Vertical nor horizontal**: a theory of political organization. London: Verso Books, 2021.

PEREIRA DA SILVA, F. Definindo os “neogolpes”. In: **Revista Latino-Americana de Relações Internacionais Campos Neutrais**, FURG, Rio Grande, v.3, n.3, p. 55-66, set-dez 2022.

PIERRE, G. Ciclos políticos largos en América Latina durante el siglo XX y sus efectos en el crecimiento económico. In: **Revista Latinoamericana de Economía Problemas del Desarrollo**, vol.35, n° 139, outubro-dezembro, 2004. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43838302> . Acesso em: 01 de jun. 2023.

SOARES LIMA, M. R. (org). **Desempenho de governos progressistas no Cone Sul**. Rio de Janeiro, Ed: IUPERJ, 2008.

SVAMPA, Maristella. Cuatro claves para leer América Latina. **Nuso** n° 268. 2017.

TILLY, Charles (1978). **From mobilization to Revolution**. New York. y Newbery Award Records, Inc.

TUPINAMBÁ, GABRIEL . **A infinitude ordinária na filosofia de Alain Badiou**. 2019. Apresentação de trabalho.

WEISS, Raquel Andrade. Efervescência, Dinamogenia e a Ontogênese Social do Sagrado. **MANA** 19(1): 157-179, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/tLgbzYSVS-S6g6wnbPXtpbcD/?format=pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ZIZEK, Slavoj. **Interrogando o real**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.